DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br
ANO XXXVII • Nº 7716 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA 06 DE SETEMBRO DE 2022
DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Focus reduz expectativa de IPCA neste ano de 6,70% para 6,61%

Pela 10ª semana seguida, os analistas do mercado reduziram na última semana sua expectativa de inflação pelo IPCA neste ano de 6,70% para 6,61%, reflexo das desonerações patrocinadas pelo governo para baixar os preços dos combustíveis e da energia e também do recuo dos preços da gasolina. Considerando somente as 56 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2022 passou de 6,61% para 6,27%. Em relação a 2023, caiu pela terceira semana consecutiva, agora de 5,30% para 5,27%, contra 5,36% quatro semanas antes. Levando-se em conta somente as estimativas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2023 variou de 5,34% para 5,09%. Mostrando sinais de desancoragem mais ampla, a mediana para o IPCA de 2024 passou de 3,41% para 3,43%, contra 3,30% há um mês. Pág. 04

(Foto: EBC)

Considerando somente as 56 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2022 passou de 6,61% para 6,27%.

ECONOMIA

PRÉVIA DA INFLAÇÃO — Dados de 02/09

IPCA 2021 (%)	5/8	12/8	19/8	26/8	2/9
	7,11	7,02	6,82	6,7	6,61

Previsão 2022: 5,27%

PIB 2021 (%)	5/8	12/8	19/8	26/8	2/9
	1,97	1,98	2,02	2,10	2,26

Previsão 2022: 0,47%

FONTE: Banco Central — INFOGRAFFO

Mercado aumenta projeção de alta do PIB de 2022 de 2,10% para 2,26%

A projeção para o PIB deste ano, segundo os analistas ouvidos pelo Relatório de Mercado Focus na última semana, passou de alta de 2,10% para alta de 2,26%, na décima alta semanal seguida, contra 1,98% há um mês. Considerando apenas as 45 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa do PIB avançou ainda mais, de 2,10% para 2,38%. Pág. 04

Pesquisa BTG/FSB mostra Lula com 42% e Bolsonaro, 34%; Ciro tem 8%

O ex-presidente Lula (PT) continua na liderança da corrida presidencial, com 42% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro (PL), com 34%, segundo a última rodada da pesquisa do Instituto FSB, divulgada ontem, 5. Ciro Gomes foi a 8%, 1 pp a menos que os 9% da pesquisa da semana passada, e Simone Tebet (MDB) registrou 6%, 2 pp a mais do que os 4% na amostra anterior. Pág. 03

Atos contra Bolsonaro tomarão as ruas de várias capitais no sábado, 10

Em resposta aos atos de espírito golpista promovidos por apoiadores bolsonaristas neste 7 de setembro, movimento democráticos e antibolsonaristas sairão às ruas no próximo dia 10, sábado. A mobilização em diferentes cidades do País está sendo organizada por movimentos sociais. De cunho partidário, os atos de rua também serão de apoio ao ex-presidente Lula (PT). Pág. 08

Av. Paulista terá reforço policial contra grupos bolsonaristas radicais

(Foto: EBC)

A PM prepara um esquema especial de segurança para a Paulista e outros locais que terão grande afluência de bolsonaristas radicais.

Apesar da ausência de Bolsonaro em SP, os atos deste 7 de setembro terão na avenida Paulista a participação de pelo menos 13 grupos com discursos radicais e ligações com candidatos bolsonaristas, que levarão vários trios elétricos à avenida, o que exigirá reforço policial da PM. Grupos bolsonaristas também planejam fazer uma motociata entre o Parque do Ibirapuera, na zona sul, e a Paulista, mas a PM já se opôs à iniciativa. Pág. 03

Aliados de Bolsonaro atacam STF por suspensão do piso da enfermagem

(Foto: EBC)

Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o Planalto defenderá o piso da enfermagem por meio da AGU, embora ele próprio tenha orientado a base governista a votar contra a proposta durante a tramitação.

A pesar de o próprio governo ter orientado o Congresso contra a aprovação do piso para os enfermeiros, aliados de Bolsonaro passar a atacar o STF pela decisão do ministro Roberto Barroso, de domingo, 4, de suspender o piso salarial da categoria. Líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o Planalto defenderá o piso da enfermagem por meio da AGU, embora ele próprio tenha orientado a base governista a votar contra a proposta durante a tramitação. A suspensão do piso é criticada também por políticos da oposição. Principal adversário de Bolsonaro na eleição, o ex-presidente Lula (PT) disse que sempre defendeu a medida. O petista ressaltou que o chefe do Executivo vetou o reajuste dos salários com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Pág. 03

CNC aponta alta do endividamento das famílias em agosto para 79,0%

Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) divulgada ontem, 5, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que a proporção de famílias brasileiras endividadas avançou 1 ponto porcentual (p.p.) em agosto ante julho, para 79%. Na comparação com agosto de 2021, a proporção de famílias endividadas cresceu 6,1 p.p. Pág. 04

Analistas mantêm previsão de Selic no fim de 2022 em 13,75%

Pela 11ª semana consecutiva, a projeção para a taxa Selic no fim de 2022 seguiu em 13,75%, conforme o boletim Focus divulgado ontem, 5, pelo Banco Central. Já a mediana para a Selic no final de 2023 passou de 11,00% para 11,25%, ante 11,00% de quatro semanas antes. Pág. 04

Em referendo, maioria dos chilenos rejeita proposta de nova Constituição

Pág. 05

Rússia revoga licença de importante jornal independente crítico do Kremlin

Pág. 05

UE: Von der Leyen reforça planos por medidas que aliviem alta no preço de energia

Pág. 05

Lei federal aumenta CSLL de bancos e corretoras até 31 de dezembro

Lei federal publicada ontem, 5, no DOU, aumenta em 1 ponto percentual a CSLL, que passará de 20% para 21% para bancos e de 15% para 16% para corretoras de câmbio e companhias de seguro e de capitalização. O aumento tem vigência temporária de 1º de agosto a 31 de dezembro deste ano. Pág. 04

Média Estadão aponta Lula com 44% contra 32% de Bolsonaro

A Média Estadão Dados, que traça uma média de todas as principais pesquisas eleitorais, aponta Lula na liderança, com 44% das intenções de voto, e Jair Bolsonaro, 32% (PL). Considerando-se apenas os votos válidos, sem contar brancos, nulos e indecisos, Lula tem 49% e Bolsonaro, 36%. Pág. 03

Brasil é o 6º do mundo em vazamentos de dados no ambiente on-line

Dados da Surfshark, empresa de privacidade e segurança virtual, aponta que o Brasil chegou à 6ª posição na lista de países com mais vazamentos de dados por conta de ataques hackers ou falhas em sistemas. O levantamento, feito entre os meses de janeiro e novembro de 2021, mostra que 24,2 milhões de brasileiros tiveram suas informações expostas no ambiente on-line. Pág. 08

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,68%
IGP-M (FGV) - mês	0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,12%
TR pré	0,1425%
Taxa básica financeira - TBF	0,9537%
Ibovespa (pontos)	112.203
Poupança (mês)	0,68%
CDB pré 30 dias - ano	13,26%
CDB pré 90 dias - ano	13,29%
CDI acumulado - mês	0,15%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R$ 5,1530/R$ 5,1540
Dolar turismo	R$ 5,2500/R$ 5,3550
Euro turismo	R$ 5,1170/R$ 5,1180

LEIS & PROJETOS

Projeto institui regime tributário para incentivar indústrias de beneficiamento do cacau

O Projeto de Lei 1892/22 institui um regime tributário especial para estimular a implantação de indústrias de beneficiamento do cacau. O texto, em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê suspensão de tributos federais em máquinas, equipamentos e materiais de construção.

A criação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Indústria de Beneficiamento Primário da Polpa do Cacau (Recacau) foi proposta pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

Ele afirma que o projeto visa recolocar o Brasil como o maior produtor de cacau do mundo. Hoje os maiores produtores são Costa do Marfim e Gana, ambos na África.

“O Recacau deve ser visto como um programa governamental que, em conjunto com outras propostas, terá o potencial de reverter o periclitante cenário em que se encontram os produtores de cacau nacionais, especialmente aqueles localizados no estado da Bahia”, disse Mendonça Júnior.

Aprovação - O Recacau será direcionado a projetos aprovados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Poderão ser beneficiários do regime os produtores rurais, inclusive organizados em empresas, associações ou cooperativas.

A fruição dos benefícios tributários do Recacau fica condicionada à regularidade fiscal do beneficiário.

Os benefícios do regime incluem suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para máquinas, equipamentos, serviços e materiais de construção utilizados adquiridos para a construção de indústrias de beneficiamento do cacau.

Os benefícios podem ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de cinco anos, contado da data de habilitação do beneficiário.

Projeto prevê cadastro dos profissionais de contabilidade que atuam para empresas

O Projeto de Lei 2279/22, do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), determina a criação, pela Receita Federal, de um cadastro eletrônico dos profissionais de contabilidade responsáveis pelas contas de contribuintes pessoa jurídica. O texto tramita na Câmara dos Deputados. Pela proposta, o cadastro será compulsório. Desta forma, todas as pessoas jurídicas, independentemente do porte (com exceção dos microempreendedores individuais – MEI) ou ramo de atuação, deverão prestar informações sobre o responsável técnico contábil, como o registro profissional. O objetivo da medida, segundo o autor do projeto, é evitar que profissionais sem habilitação profissional trabalhem para as empresas e organizações. Hugo Leal lembra que os contabilistas são responsáveis pela prestação de informações à Receita Federal. “Se a Receita recepciona informações de contribuintes que foram apuradas por profissionais inabilitados, leigos ou prestadas zeradas ou incompletas, os órgãos de fiscalização ficam prejudicados no real planejamento de ações de fiscalização. O que resulta em uma frustação de arrecadação e gera danos ao Erário”, diz o deputado.

Prazo - A proposta determina que a Receita Federal disponibilize, no cadastro, área para que o responsável técnico contábil possa autodeclarar qualquer tipo de alteração em seus dados.

Projeto anula efeitos de decreto presidencial sobre superendividamento de consumidor

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 306/22 anula os efeitos do decreto federal que fixa em 25% do salário mínimo (hoje, R$ 303) o percentual da renda do trabalhador que não pode ser comprometido com dívidas de consumo. A proposta está sendo analisada pela Câmara dos Deputados.

Segundo o decreto presidencial (11.150/22), que regulamenta a Lei do Superendividamento, é considerado superendividado o consumidor que não consegue pagar suas dívidas sem comprometer o mínimo existencial - valor necessário para a própria sobrevivência. Autor do projeto, o deputado Gustavo Fruet (PDT-PR) avalia que, ao definir o mínimo existencial em 25% do salário mínimo, o decreto presidencial acaba favorecendo o aumento do endividamento dos consumidores, transferindo ainda mais recursos dos cidadãos para credores.

“Apesar de preencher a lacuna jurídica decorrente da publicação da lei [do superendividamento] em 2021, [o decreto presidencial] acaba por comprometer, ainda mais, a renda da população mais pobre do País, ampliando o endividamento familiar, que hoje representa um aumento de 6,54%, em relação ao ano passado”, observa Fruet.

Deputado propõe responsabilização do passageiros pelo estado de embriaguez do motorista

O Projeto de Lei 1794/22 altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para punir passageiros que incentivem ou deixem de impedir a condução de veículo por motorista bêbado ou sob efeito de drogas.

Segundo o texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a pena prevista, nesse caso, é a mesma aplicada ao condutor: detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição do direito de dirigir veículos.

A proposta também altera o CTB para prever, nas mesmas circunstâncias, que os ocupantes do veículo respondam civilmente de forma solidária em relação a eventuais danos causados pelo condutor a terceiros.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Projeto autoriza segurado especial a exercer atividade remunerada por até 180 dias por ano

O Projeto de Lei 1895/22 autoriza o segurado especial da Previdência Social - quem exerce atividade rural, de pesca artesanal ou de extrativismo vegetal, individualmente ou em regime de economia familiar - a desenvolver atividade remunerada na agropecuária e no extrativismo vegetal por até 180 dias por ano. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Atualmente, o prazo máximo de atividade remunerada para não perder o enquadramento como segurado especial é de 120 dias.

“Muitos trabalhadores rurais, vinculados como segurados especiais da Previdência Social, têm recusado propostas de empregos temporários em carnaubais com receio de perderem esse enquadramento”, observa o autor do projeto, deputado Leônidas Cristino (PDT-CE).

Segundo ele, nos últimos anos, agricultores familiares e arrendatários de terras no Ceará e no Piauí têm reclamado da limitação de 120 dias para o exercício de atividade remunerada na extração da carnaúba. “É o caso dos agricultores familiares do semiárido cearense, que se concentram em suas próprias lavouras entre janeiro e junho e, nos demais meses, em que há estiagem, trabalham para retirar o sustento de suas famílias em carnaubais, fonte de matéria-prima para uma variedade de produtos e aplicações”, explica o autor.

Tramitação - O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Foto: Câmara)

O autor da proposta, deputado Leônidas Cristino.

Deputados analisam projeto que cria loterias para financiar saúde e turismo; acompanhe

(Foto: Câmara)

Kokay criticou os percentuais destinados à saúde e ao turismo.

O Plenário da Câmara dos Deputados analisa projeto que autoriza o Poder Executivo a criar as loterias da Saúde e do Turismo em apostas físicas ou virtual.

A proposta é o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei 1561/20, aprovado pela Câmara em 2021.

O texto amplia as modalidades lotéricas previstas pela Câmara dos Deputados. Há possibilidade de criação de loterias de prognósticos esportivos e apostas de cota fixa. Além disso, as novas loterias poderão ser objeto de concessão à iniciativa privada.

O Ministério da Economia definirá, em 30 dias, a concessão da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo. Esse ponto foi criticado pela deputada Erika Kokay (PT-DF). “Não se sabe quais serão os métodos para escolha desta empresa. Não precisa de licitação para operacionalizar. Isso é um escândalo, é favorecer alguma empresa que, com certeza, já se sabe quem será”, disse. A líder do Psol, deputada Sâmia Bomfim (SP), também criticou a quebra do monopólio da Caixa Econômica Federal sobre as loterias. A proposta foi defendida pelo relator, deputado Giovani Cherini (PL-RS). “Essa loteria seria o grande lance para se pagar o piso dos enfermeiros.

O que se vai fazer é possibilitar mais recursos para o Ministério da Saúde e para a Embratur”, explicou.

Ele destacou que a Caixa Econômica Federal não é impedida de participar da disputa para operar a loteria. “Queremos abrir a possibilidade para o setor privado”, declarou.

Arrecadação - O texto determina que a arrecadação da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo será repartida da seguinte maneira:

- na modalidade lotérica de prognósticos numéricos: 95% para o agente operador e 5% para o Fundo Nacional de Saúde (FNS), no caso da Loteria da Saúde; e para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), no caso da Loteria do Turismo;
- na modalidade lotérica de prognósticos esportivos e apostas de quota fixa: 95% para o agente operador; 3,37% para o FNS, no caso da Loteria da Saúde; e para a Embratur, no caso da Loteria do Turismo; 1,63% para os clubes que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação.

Os valores dos prêmios não reclamados pelos apostadores serão revertidos ao FNS no caso da Loteria da Saúde; e à Embratur, no caso da Loteria do Turismo. Kokay criticou os percentuais destinados à saúde e ao turismo. Cherini destacou que, no total dos 95% repassados ao operador, estão os recursos para pagamento de impostos e custeio de lotéricos.

Projeto garante seguro-desemprego a trabalhadores no limbo previdenciário

O Projeto de Lei 2041/22 garante seguro-desemprego a trabalhador que esteja no limbo previdenciário. Neste caso, o beneficiário poderá receber até cinco parcelas mensais.

Limbo previdenciário ocorre quando o empregado que estava em auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez recebe alta da perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas o médico da empresa não aceita o retorno por considerá-lo ainda inapto ao serviço. Segundo o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), o objetivo é evitar a judicialização. “Embora a Justiça entenda que o limbo no suspende e nem interrompe o contrato de trabalho e que a empresa deve retomar os pagamentos dos salários, essa não é a realidade vivida pelos segurados do INSS”, observou.

A proposta altera a lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego (Lei 7.998/90).

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Foto: Câmara)

O autor da proposta, deputado Eduardo Bismarck.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Governo acionará AGU para defender piso da enfermagem; aliados atacam STF

Aliados de Bolsonaro (PL) começaram a usar a suspensão do piso salarial da enfermagem para atacar o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi tomada no domingo, 4, pelo ministro Luís Roberto Barroso. O magistrado deu 60 dias para entidades públicas e privadas de saúde se manifestarem sobre o impacto da medida na situação financeira de Estados e municípios. No Congresso, contudo, o próprio governo orientou contra o piso para os enfermeiros. Depois da aprovação, o Planalto mudou de posição e a lei foi sancionada por Bolsonaro.

"O ministro Barroso, nomeado pela Dilma PT, teve aumento de salário, agora, para mais de R$ 40 mil. Mas acaba de proibir o aumento para R$ 4.700 para os enfermeiros, conquistados com Pr Bols e o Congresso Nacional. E o Pior, sem ter 1 só voto. E aí petistas, vão ficar calados??", escreveu, no Twitter, o ex-ministro Gilson Machado, candidato ao Senado em Pernambuco.

(Foto: EBC)

Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o Planalto defenderá o piso da enfermagem por meio da AGU, embora ele próprio tenha orientado a base governista a votar contra a proposta durante a tramitação.

Líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o Planalto defenderá o piso da enfermagem por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), apesar de o próprio deputado ter orientado a base governista a votar contra a proposta durante a tramitação.

A suspensão do piso é criticada também por políticos da oposição. Principal adversário de Bolsonaro na eleição, o ex-presidente Lula (PT) disse que sempre defendeu a medida. O petista ressaltou que o chefe do Executivo vetou o reajuste dos salários com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Bolsonaro sancionou o piso da enfermagem em 4 de agosto, em cerimônia no Planalto transformada em ato político. A lei estabelece piso salarial que varia de R$ 2.375,00 a R$ 4.750,00 para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Com pesquisa FSB, agregador Estadão Dados mostra 44% para Lula; Bolsonaro tem 32%

O agregador de pesquisas eleitorais do Estadão Dados já está atualizado com os números divulgados ontem, 5, pela empresa FSB. Segundo a Média Estadão Dados, calculada pelo agregador, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 44% das intenções de voto e Jair Bolsonaro, 32% (PL). Considerando-se apenas os votos válidos, ou seja, sem contar brancos, nulos e indecisos, Lula tem 49% e Bolsonaro, 36%.

O agregador é uma ferramenta interativa cujos gráficos mostram o cenário mais provável da corrida presidencial nos últimos seis meses, segundo nossa metodologia. Nele, além de consultar a Média Estadão Dados, é possível ver de forma separada as estimativas das pesquisas presenciais e telefônicas.

A Média Estadão Dados, que tem atualização diária, não é a simples soma dos resultados e divisão pelo número de pesquisas.

O cálculo considera as linhas de tendência de cada candidato (se estão estáveis, subindo ou caindo) e atribui pesos diferentes às pesquisas segundo sua "idade" (a data de realização) e metodologia (consideramos que, na média os resultados são mais precisos quando os eleitores são entrevistados de forma presencial, em vez de por telefone).

Os gráficos do agregador mostram 81 pesquisas sobre a corrida presidencial divulgadas nos últimos seis meses, mas nem todas são consideradas nos cálculos. Atualmente, entram na Média Estadão.

Lula tem 42%, Bolsonaro, 34%; Ciro tem 8% e Simone, 6%, diz pesquisa BTG/FSB

Pesquisa do Instituto FSB para presidente da República encomendada pelo banco BTG Pactual, divulgada ontem, 5, aponta o ex-presidente Lula (PT) na liderança com 42% das intenções de voto, seguido pelo atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), com 34%.

Com relação à pesquisa anterior, de 29 de agosto, Lula recuou 1 ponto porcentual (pp) dos 43% e, no mesmo intervalo de uma semana, Bolsonaro caiu 2 pp, pois tinha 36%. Ciro Gomes foi a 8%, 1 pp a menos que os 9% da pesquisa da semana passada, e Simone Tebet (MDB) registrou 6%, 2 pp a mais do que os 4% na amostra anterior.

Soraya Thronicke (União Brasil) pontuou pela primeira vez, com 1%, mesmo porcentual de Vera Lúcia (PSTU) e Pablo Marçal (PROS), cuja candidatura foi retirada pelo seu partido. Os demais candidatos não pontuaram. Brancos e nulos somaram 1%, não sabem ou não responderam foram 3%.

O crescimento de Simone Tebet, que empata tecnicamente com Ciro Gomes no limite de margem de erro de 2 pp, e a pontuação de Soraya ocorrem na semana seguinte ao debate presidencial organizado pela Band, em que ambas se destacaram, e ao início da propaganda eleitoral gratuita.

Segundo turno - Na simulação de segundo turno, Lula venceria Bolsonaro por 53% a 40%, ante 52% a 39% na pesquisa de 29 de agosto. Lula venceria Ciro por 46% a 35% e Simone por 48% a 32%. Ciro bateria Bolsonaro por 49% a 39%.

Sem Bolsonaro, Avenida Paulista terá trios elétricos e reforço policial

(Foto: EBC)

A liminar do ministro foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.257, protocolada na Corte pelo PSD.

Enquanto o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) concentrou sua agenda do feriado de 7 de setembro no Rio e em Brasília, 13 grupos com discursos radicais e ligação com candidatos de direita reservaram espaços para tomar a Avenida Paulista, que receberá reforço policial. Em outra frente, grupos bolsonaristas planejam fazer uma motociata entre o Parque do Ibirapuera, na zona sul, e a avenida Paulista, mas a Polícia Militar já se opôs à iniciativa.

No mesmo dia, também é esperada a presença de apoiadores do presidente na comemoração do bicentenário da Independência no Ipiranga, na zona sul. O policiamento ali será reforçado com 790 policiais militares pela manhã e 216 à tarde a fim de garantir a manutenção da ordem pública no desfile cívico-militar em toda a extensão da Avenida d. Pedro I e no evento (à tarde) de reinauguração do Museu Paulista, no Parque da Independência. Pela primeira vez o desfile será junto ao parque.

Mapa - O mapa do feriado na Avenida Paulista foi traçado na sexta-feira, em uma reunião com representantes dos movimentos que apresentaram interesse em se manifestar. Participaram da reunião representantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), da Guarda Civil Metropolitana (GCM), da Subprefeitura da Sé, da OAB e do Ministério Público.

Durante o encontro, foram apresentados os parâmetros legais e também estabelecidos procedimentos operacionais a fim de disciplinar e auxiliar a realização dos movimentos.

Há preocupação também com o espaço aéreo no Ipiranga. Só será autorizado o voo de drones, durante o desfile, mediante liberação do IV Comando Aéreo Regional da Força Aérea Brasileira.

Os equipamentos sem autorização estarão passíveis de apreensão. Com Bolsonaro em Brasília e no Rio, o evento no Ipiranga contará com o governador Rodrigo Garcia (PSDB) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Supremo nega 60 dias de férias para advogados da União

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram garantir férias de 60 dias a advogados da União, com o pagamento do respectivo adicional de um terço da remuneração e valores correspondentes aos períodos não gozados.

O colegiado lembrou que já havia estabelecido que procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional têm direito a 30 dias de férias e assim "não haveria fundamento lógico e jurídico para concluir de forma diversa" em relação aos advogados da União, vez que todos integram as carreiras da AGU.

O julgamento tem repercussão geral, ou seja, a decisão vai valer como orientação para todos os tribunais do País. O Supremo fixou a seguinte tese: "Os Advogados da União não possuem direito a férias de 60 dias, nos termos da legislação constitucional e infraconstitucional vigentes".

O entendimento foi fixado após análise de um recurso impetrado pela Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni). A entidade questionava decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que validou lei editada em 1997, delimitando os 30 dias de férias dos advogados da União. A associação argumentava que uma lei editada antes, em 1953, equiparou os procuradores das autarquias federais aos membros do Ministério Público, sendo que essa norma teria sido recepcionada pela Constituição Federal e garantiria aos AGUs o direito a férias anuais de 60 dias. Segundo a Anauni, a lei editada em 1997 é ordinária e assim não poderia ter revogado a norma anterior.

(Foto: Divulgação)

Governo gasta R$ 700 milhões com aluguéis e mantém prédios próprios vazios

A Esplanada dos Ministérios foi construída para abrigar o funcionalismo público em Brasília. Ao longo dos últimos anos, porém, as amplas salas decoradas com mármore e madeiras nobres deixaram de ser usadas. Uma boa parte dos servidores passou a trabalhar em prédios modernos e luxuosos com aluguéis que custam por ano aos cofres públicos R$ 700 milhões. O seleto grupo de locadores que abocanham milhões do governo inclui políticos e famílias que fazem bons negócios com o poder desde a construção da cidade projetada.

Atualmente, 40 mil funcionários trabalham nos prédios da Esplanada projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, considerado um dos pais de Brasília. Outros 25 mil estão nos imóveis alugados em áreas vizinhas. Um estudo do Ministério da Economia feito há quase dois anos e que ficou engavetado na pasta mostra que todos poderiam trabalhar nos prédios públicos originais da construção da capital.

A maior fatia do bolo reservado a aluguéis milionários, porém, fica com as empresas da família Venâncio: ao menos R$ 38,2 milhões. O clã teve origem com Antônio Venâncio da Silva, um ex-lavrador de Assaré (CE) que começou a ganhar dinheiro ao comprar e depois revender a casa do Padre Cícero em Juazeiro. O empresário, porém, ficou milionário mesmo a partir dos primórdios de Brasília, cidade onde investiu na construção de shoppings.

A família Baracat, que veio de Ourinhos (SP) no começo da capital, é outra que lucra com aluguéis para o governo. O patriarca Miguel fornecia madeira para as obras de Brasília. Neste ano, os descendentes dele ganharão R$ 17,5 milhões do governo em aluguéis. Entre os políticos que lucram com aluguéis está o ex-senador Paulo Octávio, hoje candidato do PSD ao governo do Distrito Federal. Em 2022, o Poder Executivo empenhou (isto é, reservou) ao menos R$ 23,7 milhões para pagar aluguéis e outras despesas relacionadas a imóveis do empresário.

Para empresas ligadas ao também ex-senador Luiz Estevão, estão reservados ao menos outros R$ 14,8 milhões. Estevão teve o mandato cassado em 2002, o primeiro da história do Senado, por envolvimento no caso Lalau, como ficou conhecido um esquema operado pelo juiz trabalhista Nicolau dos Santos Neto de desvio de recursos da construção do prédio do TRT em São Paulo, nos anos 1990. Por sua vez, o empresário Ramez Farah vai faturar R$ 12,7 milhões e o ex-senador Eunício Oliveira, do MDB do Ceará, R$ 6,1 milhões.

Batizado de "Relatório nº 2", o estudo que propõe a volta dos servidores para a Esplanada foi elaborado por servidores da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, no fim de março de 2020, ainda no começo da pandemia de covid-19. Os técnicos estimaram que, em média, cada servidor da região da administração federal no Plano Piloto tem para si uma área de trabalho de 17,8 metros quadrados - já incluídos aí todas as utilidades, como restaurantes, auditórios, berçários, salas de reunião etc.

O valor é muito maior que o padrão da iniciativa privada. É maior ainda que o determinado pelo próprio governo: a regra atual da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) exige que o Executivo considere de 6 a 9m² de área útil por pessoa, ao alugar um imóvel.

Modernista - Projetados por Oscar Niemeyer nos anos 1950, muitos dos prédios enfileirados da Esplanada preservam o mobiliário modernista original, com pesadas divisórias em madeira escura e salas amplas. Segundo o relatório da equipe do ministro Paulo Guedes, a Esplanada poderia comportar mais 25 mil servidores se o espaço médio fosse reduzido de 17,8 m² para 11,2 m² por pessoa, um valor acima do utilizado nos escritórios atuais.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Projeção do Focus de alta do PIB de 2022 sobe de 2,10% para 2,26%

Após a forte surpresa com o desempenho do PIB do segundo trimestre (1,2%), o mercado voltou a elevar as projeções para o resultado deste ano no Boletim Focus.

A projeção para a alta do PIB em 2022 passou de 2,10% para 2,26%, décima alta seguida, contra 1,98% há um mês. A estimativa para a expansão do PIB em 2023 passou de 0,37% para 0,47%, ante 0,40% um mês antes.

Considerando apenas as 45 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2022 avançou ainda mais, de 2,10% para 2,38%. No caso de 2023, houve 44 atualizações nos últimos cinco dias úteis, com variação da mediana de 0,35% para 0,50%.

O Relatório Focus divulgado ontem, 5, ainda mostrou manutenção na projeção para o crescimento do PIB em 2024, em 1,80%. Para 2025, a mediana foi mantida em 2,00%. Quatro semanas atrás, as taxas eram de 1,70% e 2,00%, respectivamente.

O Relatório de Mercado Focus também mostrou estabilidade na projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2022. A mediana continuou em 59,00%, de 59,15% um mês atrás.

O relatório trouxe ainda a manutenção da perspectiva para a relação entre o resultado primário e o PIB deste ano, com o mercado prevendo superávit de 0,30% - mesma projeção de quatro semanas antes. Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2022 passou de 6,80% para 6,75%, ante 6,80% de um mês atrás.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros

Em relação a 2023, a estimativa para a dívida líquida em relação ao PIB cedeu de 63,50% para 63,30%, de 63,70% há um mês. A mediana para o déficit primário se deteriorou ligeiramente, de 0,49% para 0,50% do PIB. Para o rombo nominal, a estimativa continuou em 7,70%. Os porcentuais eram negativos em 0,30% e 7,70%, respectivamente, há quatro semanas.

IPCA para 2022 cede de 6,70% para 6,61%, projeta Focus

O Boletim Focus divulgado ontem, 5, mostrou continuidade do movimento de melhora das expectativas de inflação para este e o próximo ano, mas as taxas continuam indicando que o Banco Central (BC) não deve cumprir seu mandato principal por três anos consecutivos.

Para 2022, a estimativa para alta do IPCA - índice de inflação oficial - foi reduzida pela 10ª semana seguida, de 6,70% para 6,61%, reflexo das desonerações patrocinadas pelo governo para baixar os combustíveis e a energia e também do recuo dos preços da gasolina. Há um mês, a projeção era de 7,11%. Em relação a 2023, a mediana recuou pela terceira semana consecutiva, de 5,30% para 5,27%, contra 5,36% quatro semanas antes.

(Foto: EBC)

As medianas divulgadas na Focus desta semana continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta a ser perseguida pelo Banco Central.

Considerando somente as 56 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2022 passou de 6,61% para 6,27%. Para 2023, variou de 5,34% para 5,09%.

As medianas divulgadas na Focus desta semana continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta a ser perseguida pelo Banco Central, após o descumprimento já observado em 2021, com o IPCA de 10,06%. O alvo para 2022 é de 3,50%, com tolerância superior de até 5,00%, enquanto, para 2023, a meta é de 3,25%, com banda até 4,75%. Mostrando sinais de desancoragem mais ampla, a mediana para o IPCA de 2024 passou de 3,41% para 3,43%, contra 3,30% há um mês. A previsão para 2025 permaneceu em 3,00%, porcentual igual ao de 60 semanas atrás. A meta para os dois anos é de 3,00%, com intervalo de 1,5% a 4,5%. No Comitê de Política Monetária (Copom) de agosto, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 6,8% em 2022, 4,6 % em 2023 e 2,7% para 2024. O colegiado elevou a Selic em 0,50 ponto porcentual, para 13,75% ao ano.

Selic no fim de 2022 permanece em 13,75% ao ano, prevê Focus

A projeção para a taxa Selic no fim de 2022 continuou em 13,75% pela 11ª semana seguida no Boletim Focus divulgado ontem, 5. Este é atual nível da taxa, o que mostra a expectativa majoritária do mercado financeiro é de que o ciclo de alta de juros se encerrou no Comitê de Política Monetária (Copom) de agosto. Há um mês, o porcentual já era de 13,75%.

Já a mediana para a Selic no final de 2023 passou de 11,00% para 11,25%, ante 11,00% de quatro semanas antes. Considerando apenas as 41 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para o juro básico no fim deste ano também seguiu em 13,75%. Para o término de 2023, as 39 revisões feitas nos últimos cinco dias úteis, por sua vez, reduziram a mediana de 11,25% para 11,00%. No Copom de agosto, a Selic subiu 0,50 ponto porcentual, de 13,25% para 13,75%, e o colegiado disse que vai avaliar a necessidade de uma alta adicional, de 0,25pp, em setembro.

Na ata, o Banco Central (BC) acrescentou que avalia que a estratégia exigida para trazer a inflação para o "redor da meta" no horizonte relevante considera o aumento definido para 13,75% em agosto e a manutenção da taxa em território bastante contracionista por um período longo. Porém, o Copom disse que ficará "vigilante" para avaliar se esse plano será suficiente. Mais recentemente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, reforçou que não é momento de "baixar a guarda".

Endividamento das famílias sobe em agosto ante julho para 79,0% do total, diz CNC

(Foto: EBC)

A proporção de famílias brasileiras endividadas cresceu 1 ponto porcentual (p.p.) na passagem de julho para agosto, para 79%, informou ontem, 5, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao divulgar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Na comparação com agosto de 2021, a proporção de famílias endividadas cresceu 6,1 p.p. A inadimplência, medida pela proporção de famílias que relataram ter dívidas em atraso, ficou em 29,6% do total de entrevistados, alta de 0,6 ponto ante julho. Já a proporção de entrevistados que informou que não terão condições de pagar as dívidas em atraso, um sinal de permanência na inadimplência, ficou em 10,8%, 0,1 ponto acima do registrado em julho. "A alta do volume de famílias com contas atrasadas deu-se nas duas faixas de renda pesquisadas, mas foi maior entre as famílias de menor renda, o que mostra os desafios que esses consumidores seguem enfrentando na gestão mensal de seus orçamentos", diz a nota divulgada pela CNC. No caso da proporção de endividados - que considera qualquer tipo de dívida, incluindo o uso de cartão de crédito, mesmo que pago em dia -, o crescimento de agosto se deu no mesmo ritmo entre os mais pobres e os mais ricos.

Publicada lei que eleva CSLL de bancos e corretoras até dezembro

O Diário Oficial da União (DOU) de ontem, 5, publica lei que eleva em um ponto porcentual a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras.

Com o aumento, que tem vigência temporária de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a CSLL passará de 20% para 21% para bancos e de 15% para 16% para corretoras de câmbio e companhias de seguro e de capitalização.

A mudança foi objeto de medida provisória editada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em abril. Como o texto não sofreu alteração durante a tramitação no Poder Legislativo, foi apenas promulgado pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, sem precisar de sanção presidencial.

Quando da edição, o governo informou que a MP traria um aumento de arrecadação de R$ 244,1 milhões neste ano, o que garantiria compensar a renúncia de Refis aberto pelo governo para parcelamento de débitos tributários de Microempreendedores Individuais (MEIs) e pequenas empresas.

Hong Kong adia audiência sobre petição de liquidação contra Evergrande

A Alta Corte de Hong Kong aprovou ontem, 5, um pedido da China Evergrande, a gigante do setor imobiliário chinês que enfrenta graves problemas financeiros, para adiar a audiência sobre uma petição de liquidação contra a empresa para 7 de novembro.

No fim de junho, um acionista de uma unidade da Evergrande, a Fangchebao (FCB), entrou com a petição em Hong Kong, com o argumento de que a empresa não honrou um acordo de recompra de ações adquiridas na FCB. Trata-se da primeira petição de liquidação contra a Evergrande, que acumula mais de US$ 300 bilhões em passivos.

Em comunicado, a Evergrande disse que está "ativamente levando adiante trabalhos de reestruturação de sua dívida externa" com assessores financeiros e legais e que pretende anunciar um plano concreto de resolução "que respeite os direitos de todos os acionistas assim que possível".

Expedição de papelão ondulado tem novo recorde em julho, diz Empapel

A expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado alcançou de 355,686 mil toneladas em julho, alta de 1,05% na comparação com o mesmo período do ano passado e avanço 4,29% na comparação com junho deste ano, segundo levantamento da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). Este é o maior volume expedido para os meses de julho, superando inclusive o recorde de julho dos anos anteriores (2020 e 2021).

O volume de expedição por dia útil foi de 13,680 mil toneladas em julho uma alta de 4,9% na comparação interanual, com julho de 2022 registrando um dia útil a menos do que em 2021 (26 dias úteis ante 27 dias úteis).

O Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) subiu 1,0% em julho, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 158,4 pontos.

Nos dados livres de influência sazonal, o boletim mensal de julho registra a quinta alta consecutiva do IBPO, agora de 1,6%, para 156,4 pontos, maior nível desde março de 2021 (157,1 pontos). Na mesma métrica, o volume expedido de papelão ondulado foi de 350,350 mil toneladas. A expedição por dia útil foi de 13,475 mil toneladas, uma queda de 2,3% em relação ao mês anterior.

O gasto médio dos consumidores nos shoppings ficou em R$ 122,62 em julho.

Em termos de fluxo de visitantes, foi registrado um acréscimo de 23,4% em julho em relação ao mesmo período de 2021. Na avaliação do presidente da Abrasce, Glauco Humai, os índices de confiança do consumidor divulgados recentemente mostram um certo alívio por parte dos frequentadores, o que traz perspectivas otimistas para os empreendimentos. "O arrefecimento da inflação, melhoras nas vagas de emprego e outras medidas governamentais acabam impactando favoravelmente na intenção de compra do consumidor, afirmou, em nota.

Isso, aliado à crescente recuperação no fluxo de visitantes após a vacinação contra covid-19 tem colaborado para estimativas positivas, segundo ele.

Vendas nos shoppings sobem 14,1% em julho na comparação anual, diz Abrasce

As vendas nos shoppings do País em julho subiram 14,1% na comparação com o mesmo mês do ano passado e cresceram 17% em relação a julho de 2019 (período pré-pandemia). Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 5, pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). A pesquisa mostrou zexpansão das células das vendas em todas as regiões na comparação anual: Centro-Oeste (15,3%), Sul (15%), Nordeste (14,8%), Sudeste (13,7%) e Norte (9,3%).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Em referendo, maioria dos chilenos rejeita proposta de nova Constituição

(Foto: EBC)

A nova Constituição era crucial para as reformas propostas pelo presidente, Gabriel Boric, que fez campanha pela aprovação - e perdeu.

Os chilenos rejeitaram, domingo, 4, em referendo o novo texto constitucional. Com 80% dos votos apurados até por volta das 20h30 do domingo, o "rechaço" à nova Carta tinha 62% dos votos. A aprovação, 38%. Analistas e estatísticos, no entanto, diziam que o resultado era impossível de ser alterado e muitos membros do governo reconheceram a derrota.

A nova Constituição substituiria a Carta de 1980, imposta na época da ditadura de Augusto Pinochet. Ela era crucial para as reformas propostas pelo presidente, Gabriel Boric, que fez campanha pela aprovação - e perdeu.

Com a derrota, o velho marco jurídico da ditadura continua vigente. No entanto, há um consenso entre a maioria dós líderes políticos que o projeto de uma nova Constituição segue vivo. A razão é que o projeto de uma nova Carta foi aprovado em um plebiscito, em outubro de 2020, por quase 80% dos chilenos.

No domingo, mesmo antes de saber do resultado, Boric convocou uma reunião no Palácio La Moneda com líderes de todos os partidos para discutir como elaborar uma nova Carta. "Precisamos abrir um diálogo sobre como continuar o processo constituinte", disse o presidente.

A derrota, no entanto, não seguiu uma linha ideológica. Boa parte dos que rejeitam a Carta ontem são de centro ou centro-esquerda. Entre eles estão os ex-presidentes Ricardo Lagos, um socialista, e Eduardo Frei, um democrata cristão. Ambos rejeitam tanto a Constituição de Pinochet quanto a nova proposta e defendem que o processo constituinte siga após o referendo.

Piñera - Até o ex-presidente Sebastián Piñera, um conservador de quatro costados, que se manteve em silêncio durante a campanha, parece concordar com a continuidade do processo constituinte. "Temos um compromisso com uma nova e boa Constituição. E vamos cumpri-lo", afirmou ontem o ex-presidente após depositar seu voto - ele não disse como votou.

UE: Von der Leyen reforça planos por medidas que aliviem alta no preço de energia

(Foto: EBC)

O compromisso de Von der Leyen acontece em meio aos temores de um racionamento de energia no inverno europeu.

A presidente da Comissão Europeia reiterou ontem, 5, que o bloco prepara um conjunto de propostas para atenuar os impactos econômicos da disparada dos preços de energia, em meio aos efeitos da guerra na Ucrânia. Em publicação no Twitter, Von der Leyen acusou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, de utilizar a política energética como uma "arma", ao cortar a oferta e "manipular" os mercados. "Ele fracassará. A Europa vencerá", garantiu.

Entre as medidas, Von der Leyen explicou que a União Europeia reduzirá a demanda por eletricidade, adotará um teto ao preço de gás russo, apoiará os produtores de energia que enfrentam problemas de liquidez e ajudar consumidores e empresas vulneráveis.

O compromisso de Von der Leyen acontece em meio aos temores de um racionamento de energia no inverno europeu, O compromisso de Von der Leyen acontece em meio aos temores de um racionamento de energia no inverno europeu,depois que a Rússia voltou a cortar o fornecimento de gás à região.

Os preços de gás natural na Europa dispararam nesta segunda-feira, 5, após a estatal russa Gazprom não retomar o fornecimento de gás pela Nord Stream 1 ao continente no fim de semana, ao contrário do que estava planejado.

Gás para Europa só voltará se sanções forem retiradas, diz porta-voz

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse ontem (5) que o fornecimento de gás para a Europa só voltará a ser feito se sanções forem retiradas. Segundo ele, os problemas envolvendo o setor surgiram por causa de sanções que países ocidentais adotaram contra a Rússia e várias empresas. Peskov voltou a culpar as sanções aplicadas pela União Europeia, o Reino Unido e Canadá contra Moscou pela interrupção do fornecimento de gás. O gasoduto está em manutenção há várias semanas sob a alegação de que uma turbina está defeituosa. Também hoje o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskiy, assegurou que a contraofensiva lançada há uma semana para recuperar territórios ocupados pela Rússia no sul do país já resultou na libertação de duas cidades. Sem adiantar detalhes, Zelensky afirmou que as bandeiras ucranianas estão voltando aos lugares onde deveriam estar por direito.

(Foto: EBC)

Dmitry Peskov afirmou que sanções causaram problemas de gás.

No Reino Unido, Partido Conservador escolhe Liz Truss para ser primeira-ministra

O Partido Conservador do Reino Unido elegeu Liz Truss como sua líder e, portanto, para assumir como nova primeira-ministra do país. Truss, de 47 anos, irá tomar posse como primeira-ministra hoje, dia 6, no lugar de Boris Johnson, que anunciou sua renúncia em julho passado, em meio a um escândalo político que levou dezenas de autoridades a abandonarem o gabinete britânico. Atual ministra de Relações Exteriores, Liz Truss competiu ao cargo com o ex-ministro de Finanças Rishi Sunak.

Rússia revoga licença de importante jornal independente crítico do Kremlin

Um tribunal em Moscou manteve ontem (5) uma moção de autoridades da Rússia para revogar a licença de um importante jornal independente, que há anos tem sido crítico ao Kremlin. Trata-se da mais recente medida de uma investida de meses contra a imprensa independente, ativistas da oposição e grupos pelos direitos humanos.

A decisão contra o Novaya Gazeta, jornal independente russo mais renomado, ocorre em meio à campanha militar na Ucrânia e ao esforço do governo russo para calar críticos do que Moscou qualifica como uma "operação militar especial". Editor-chefe da publicação e Nobel da Paz, Dmitry Muratov qualificou a decisão como "política" e "sem a mínima base política", prometendo contestá-la.

O órgão regulador da imprensa e da internet no país, Roskomnadzor, entrou na Justiça para revogar a licença ao acusar o jornal de não entregar um alvará à autoridades a tempo. Em 28 de março, o Novaya Gazeta havia anunciado que suspenderia suas operações durante a duração da "operação especial" na Ucrânia. Sua equipe, porém, lançou um novo projeto, Novaya Gazeta Europe, crítico à operação militar.

O Escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas criticou a decisão sobre o jornal, em comunicado nesta ontem. Segundo ele, trata-se de mais um golpe contra a imprensa independente.

Presidente da Alemanha pede desculpas por erros em atentado nos Jogos de Munique

O presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, fez um pedido público de desculpas ontem, 5, pelos erros cometidos pelo país antes, durante e depois do atentado terrorista que causou a morte de 11 israelenses na Olimpíada de Munique-1972. As declarações foram feitas na cerimônia que marcou os 50 anos do trágico episódio.

"Estamos falando de uma grande tragédia e de uma falha tripla. A primeira se refere à preparação dos Jogos e da questão da segurança. A segunda se refere aos eventos dos dias 5 e 6 de setembro de 1972. E a terceira falha começou no dia seguinte ao ataque: o silêncio, a negação e o esquecimento", declarou.

O maior atentado terrorista já ocorrido num evento esportivo aconteceu durante a Olimpíada de Munique, quando oito integrantes do grupo terrorista Setembro Negro invadiram a Vila Olímpica e fizeram 11 israelenses de reféns, entre atletas e treinadores da delegação do país.

O episódio foi marcado por seguidos erros na condução e negociação do sequestro por parte das autoridades da então Alemanha Ocidental. O caso culminou em 17 mortes, incluindo os 11 reféns israelenses (seis técnicos e cinco atletas), cinco membros do grupo terrorista e um policial alemão.

O episódio fatídico teve fim numa tentativa frustrada de resgate na Base Aérea de Fürstenfeldbrück, pela qual os terroristas tentaram fugir, sem sucesso.

FMI recomenda reformas abrangentes na estrutura fiscal da UE

O FMI recomenda que a UE promova uma urgente e abrangente reforma da estrutura fiscal, com objetivo de ampliar a resiliência do bloco a choques econômicos diante da escalada dos juros.

Em relatório divulgado ontem, 5, o FMI defende que a UE deve criar regras que permitam respostas "ambiciosas e rápidas" aos desafios, sem prejudicar a sustentabilidade da dívida pública. Para os especialistas, as novas normas podem evitar uma crise de dívida pública que teria "efeitos desestabilizadores" e ameaçaria até o projeto de integração europeu.

"A revisão deve ser economicamente sólida e politicamente aceitável, com base em lições de várias tentativas anteriores de melhorar as regras fiscais", destaca o documento. "Será fundamental para equilibrar o respeito pela soberania das políticas fiscais nacionais, reforçando os incentivos para a adoção de políticas sólidas para a UE", acrescenta.

Entre as propostas, o FMI sugere que os países acelerem o processo de adoção do teto de 3% do PIB para o déficit e de 60% para a dívida.

UE: Von der Leyen reforça planos por medidas que aliviem alta no preço de energia

A presidente da Comissão Europeia reiterou, ontem, 5, que o bloco prepara um conjunto de propostas para atenuar os impactos econômicos da disparada dos preços de energia, em meio aos efeitos da guerra na Ucrânia. Em publicação no Twitter, Von der Leyen acusou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, de utilizar a política energética como uma "arma", ao cortar a oferta e "manipular" os mercados. "Ele fracassará. A Europa vencerá", garantiu.

Entre as medidas, Von der Leyen explicou que a União Europeia reduzirá a demanda por eletricidade, adotará um teto ao preço de gás russo, apoiará os produtores de energia que enfrentam problemas de liquidez e ajudar consumidores e empresas vulneráveis.

O compromisso de Von der Leyen acontece em meio aos temores de um racionamento de energia no inverno europeu, depois que a Rússia voltou a cortar o fornecimento de gás à região.

Os preços de gás natural na Europa dispararam nesta segunda-feira, 5, após a estatal russa Gazprom não retomar o fornecimento de gás pela Nord Stream 1 ao continente no fim de semana, ao contrário do que estava planejado.

Representante da UE fala em menor otimismo sobre acordo nuclear do Irã

Alto Representante da União Europeia, Josep Borrell afirmou ontem, 5, estar "menos otimista" sobre a perspectiva de fechar logo um novo acordo sobre o programa nuclear do Irã com potências. Durante entrevista coletiva, ele disse que continua a manter consultas com todos os envolvidos, "particularmente com os Estados Unidos", mas também comentou que houve um afastamento recente nas posições entre as partes.

Borrell disse que cabe aos EUA também a "decisão sobre como prosseguir" no assunto, nesse contexto.

De qualquer modo, comentou que se o propósito é fechar o acordo "logo", isso não deve ocorrer.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Ministro Lewandowski extingue ação sobre informação de tributos em postos de combustíveis

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (extinguiu), sem julgamento de mérito, à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6851, contra norma que obriga os postos de combustíveis a informar os valores estimados de tributos das mercadorias e dos serviços oferecidos por meio de painel afixado em local visível. Segundo o relator, o Decreto 10.634/2021 da Presidência da República é norma de caráter regulamentar e, por isso, deve ser objeto de análise de legalidade, e não de constitucionalidade. A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que sustentava que o decreto teria transformado em obrigação uma previsão que, de acordo com a Lei de Transparência Fiscal (Lei 12.741/2012), seria facultativa.

Norma regulamentar - O ministro Lewandowski explicou que o dispositivo questionado regulamenta a divulgação de informações relativas aos tributos incidentes sobre a revenda de combustíveis automotores, conforme os limites estabelecidos, entre outras normas, pelo Código de Defesa do Consumidor (Leis 8.078/1990). Segundo ele, normas de caráter regulamentar ou secundárias, caso ultrapassem o que a lei determina, devem ser objeto de análises de legalidade, e não de constitucionalidade.

Incidência de ITBI sobre cessão de direitos será reexaminada pelo Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai reexaminar a possibilidade de incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre cessão de direitos relativos a compromisso de compra e venda de imóvel.

Na sessão virtual encerrada em 26/8, o Plenário, por maioria de votos, acolheu recurso (embargos de declaração) do Município de São Paulo no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1294969, com repercussão geral (Tema 1124). Com a decisão, a Corte vai rediscutir o mérito da controvérsia.

No ARE, o município questionou, no Supremo, decisão do Tribunal de Justiça estadual (TJ-SP) que considerou ilegal a cobrança do ITBI tendo como fato gerador a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda de imóvel firmado entre particulares. Seu argumento era o de que esse compromisso é um negócio intermediário entre a celebração do compromisso em si (negócio originário) e a venda a terceiro comprador (negócio posterior), e que, de acordo com a Constituição Federal (artigo 156, inciso II), o registro em cartório é irrelevante para a incidência do imposto.

Em julgamento realizado em fevereiro de 2021, o STF considerou que a decisão do TJ-SP estava de acordo com o entendimento da Corte de que o fato gerador do ITBI ocorre a partir da transferência da propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório. Nos embargos de declaração, o município alegou, contudo, que a jurisprudência dominante trata apenas da transmissão da propriedade imobiliária.

Compartilhamento de dados: julgamento prosseguirá na quinta (8)

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu continuidade, nesta quinta-feira (1º), ao julgamento de duas ações que questionam o compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e a criação do Cadastro Base do Cidadão e do Comitê Central de Governança de Dados. Relator da matéria, o ministro Gilmar Mendes iniciou a leitura de seu voto, que será retomado na próxima quinta-feira (8).

A questão está sendo analisada nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6649) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 695). Nelas, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro, respectivamente, questionam a validade do Decreto 10.046/2019 da Presidência da República, que dispõe sobre a governança desse compartilhamento de dados.

Prova de vida - Em sua manifestação, o advogado-geral da União, Bruno Bianco. defendeu que o compartilhamento de dados gerou diversos benefícios, entre eles a carteira de trabalho digital e a prova de vida de cerca de 35 milhões de pessoas, a maioria idosa ou com deficiência, que não precisam mais ir às agências do INSS ou de bancos. "A tecnologia permitiu que esse serviço não seja mais presencial", lembrou. Segundo Bianco, a evolução tecnológica foi acelerada pela pandemia, e as melhorias já fazem parte da rotina dos brasileiros, de modo que a descontinuidade desses serviços digitais implicaria vulneração ao princípio do não retrocesso.

Combate à desinformação: formas de deep fake são tema de último vídeo feito em parceria com STF

O projeto faz parte do Programa de Combate à Desinformação do STF, que está divulgando os vídeos produzidos por alunos da rede pública de Santos (SP).

Já está no ar, na TV Justiça e nas redes sociais do Supremo Tribunal Federal (STF), o último vídeo da série produzida por alunos de escolas públicas de Santos (SP) no projeto "Memórias em Rede", do Instituto Devir Educom. Nele, os estudantes conversam sobre as manipulações de voz e imagem feitas por meio de inteligência artificial para propagar opiniões e notícias falsas na Internet.

Deep fake - Por meio da chamada deep fake, é possível trocar a imagem de uma pessoa por outra ou manipular áudio, colocando palavras em sua boca. A conduta tem grande potencial na disseminação de informações falsas, já que o resultado é bem convincente.

"Sinistro, né ?", reage o aluno Thiago Souza Santos, enquanto a colega Vanessa Lustosa pergunta: "como a gente faz para não cair nessa mentira?" A dica é ficar atento ao olho da pessoa, observando se ela pisca demais ou se deixa de piscar, e checar se o vídeo está na internet.

O projeto integra a parceria estabelecida pelo Programa de Combate à Desinformação do STF com a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). O objetivo é transmitir aos jovens informações sobre o combate a fake news a partir de ferramentas disponíveis na internet, estimulando a produção de conteúdos com responsabilidade.

Barroso suspende lei que estabelece piso para profissionais da enfermagem

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso suspendeu, de forma liminar, a lei que estabeleceu um piso salarial para os profissionais da enfermagem. Ele adiantou que vai solicitar ao presidente da Corte, Luiz Fux, a inclusão do assunto na pauta do plenário para análise de todos os colegas nos próximos dias.

Barroso atendeu a um pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) e, em sua decisão, concordou com o argumento da entidade sobre os riscos de demissão em massa nos hospitais. O ministro mencionou ainda a redução da qualidade de serviços no setor da saúde, com fechamento de leitos.

"O risco à empregabilidade entre os profissionais que a lei pretende prestigiar, apontado como um efeito colateral da inovação legislativa, levanta consideráveis dúvidas sobre a adequação da medida para realizar os fins almejados", disse o ministro na decisão.

Mais uma das apostas do presidente Jair Bolsonaro neste período eleitoral, o piso nacional de R$ 4.750 para enfermeiros, foi sancionado por ele no início de agosto e começaria a ser pago amanhã. O texto estabelece esse valor para enfermeiros, 70% disso para técnicos de enfermagem e 50%, para auxiliares de enfermagem e parteiras.

(Foto: EBC)

"O risco à empregabilidade entre os profissionais que a lei pretende prestigiar, apontado como um efeito colateral da inovação legislativa, levanta consideráveis dúvidas sobre a adequação da medida para realizar os fins almejados", disse o ministro na decisão.

Ao suspender temporariamente a medida, Barroso solicitou que todos os entes envolvidos - Estados e municípios, Ministério da Saúde, entidades ligadas ao setor e Legislativo - se manifestem em 60 dias.

Barroso citou no relatório uma pesquisa realizada pela Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) sobre as medidas a serem adotadas para o cumprimento dos novos pisos salariais. Das 2.511 instituições entrevistadas, 77% responderam que precisarão reduzir o corpo de enfermagem; 65% terão que reduzir pessoal em outras áreas e 51% disseram que reduzirão o número de leitos.

"A partir das informações coletadas, estima-se que 80 mil profissionais de enfermagem serão demitidos e 20 mil leitos serão fechados em todo País, como decorrência do impacto financeiro dos novos pisos salariais", destaca Barroso. Ele também falou sobre as dificuldades dos Estados em cumprir a decisão, mencionando as diferenças de patamar salarial entre as unidades da federação para se igualar o piso. "A comparação entre os novos pisos e a média salarial praticada nas unidades da Federação evidencia que, no Estado de São Paulo, o aumento salarial necessário para o atingimento do novo piso dos enfermeiros seria de apenas 10%, enquanto, no Estado da Paraíba, o aumento seria de 131%."

Delegados questionam investigação criminal pelo Ministério Público gaúcho

(Foto: EBC)

A ação foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes.

A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7219 contra dispositivos de normas que tratam das prerrogativas do procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul e da criação do Sistema Integrado de Investigação Criminal no Ministério Público do estado (MP-RS). O parágrafo 5º do artigo 4º da Lei Orgânica do MP-RS (Lei estadual 7.669/1982), com redação dada pela Lei estadual 11.350/1999, prevê que o procurador-geral de Justiça tem prerrogativas e representação de chefe de Poder. Já o Provimento 13/2019 da Procuradoria-Geral de Justiça do estado disciplina o funcionamento do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e das forças-tarefas no MP-RS.

A Adepol alega que a Constituição Federal estabelece a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual e atribui às polícias civis a apuração de infrações penais, exceto as militares, além de prever a subordinação das polícias estaduais ao governador.

De acordo com a associação, a jurisprudência vem se orientando no sentido de que não cabe ao MP realizar, diretamente, diligências investigatórias para produzir provas na área penal, presidir autos de prisão em flagrante ou instaurar e presidir procedimentos administrativos criminais. Na sua avaliação, cabe ao Ministério Público somente requisitar as diligências e a instauração de inquéritos à autoridade policial, podendo acompanhá-las.

A ação foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes.

TSE manda derrubar vídeo com notícia falsa que liga Lula a instituto de pesquisa

O ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mandou que seja retirado do Twitter, do TikTok e do Facebook um vídeo em que se afirma que o Instituto de Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) - novo nome do Ibope, que realiza pesquisas de intenções de voto - está localizado no Instituto Lula.

O material foi inicialmente divulgado na quarta-feira, dia 31 de agosto, quando um youtuber gravou a notícia falsa vinculando os resultados das pesquisas de opinião à colocação em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparece. O petista vem liderando todos os levantamentos, à frente do presidente Jair Bolsonaro.

A Coligação Brasil da Esperança, que reúne os partidos que apoiam Lula, alegou que o vídeo teria o "condão de atingir a integridade do processo eleitoral, por descredibilizar as pesquisas de intenção de voto, especialmente para o cargo de Presidente da República". O ministro afirmou em sua decisão que a informação veiculada no vídeo é "sabidamente falsa" e que, "embora seja reconhecido que a livre circulação de pensamentos, opiniões e críticas fortalece o Estado Democrático de Direito", é necessário "coibir práticas abusivas ou divulgação de notícia falsa, de modo a proteger a honra dos candidatos e garantir o livre exercício do voto". Ele estabeleceu um prazo de 24 horas para a retirada do conteúdo de diversas páginas que o replicaram e estipulou ainda multa de R$ 10.000 por dia em caso de descumprimento. Sanseverino destacou que as postagens em perfis com grande número de seguidores geram dano à imagem dos candidatos "de difícil reparação".

O ministro da Corte Eleitoral, contudo, não concordou com o pedido da coligação de proibir de antemão a postagem de novas informações sob risco de "configurar censura prévia".

STF mantém lei sobre privatização da estatal de energia elétrica do Maranhão

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente o pedido formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5271 pelo governo do Maranhão contra a lei que autorizou o estado a assumir obrigações financeiras da Companhia Energética do Maranhão S/A (Cemar) resultantes de sentença judicial proferida após a privatização da companhia.

Na sessão virtual finalizada em 26/8, o Plenário acompanhou o voto da relatora, ministra Rosa Weber, que rebateu a alegação de que a Lei estadual 7.514/2000 teria violado a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e direito processual civil. Segundo ela, a lei dispõe sobre matérias administrativas relativas à desestatização de sociedade de economia mista prestadora de serviço público e à responsabilidade do estado na sucessão de obrigações diante do quadro de sua reorganização administrativa. A relatora também não verificou violação da isonomia na exclusão, na privatização, de possíveis débitos trabalhistas e previdenciários da Cemar. Ela assinalou que as obrigações foram assumidas pelo estado exclusivamente como forma de estímulo à aquisição, especialmente porque as ações abrangidas pela lei foram propostas entre o dia da aprovação do modelo de venda (31/1/2000) e a data da publicação da lei (9/5/2000), referindo-se a fatos anteriores à alienação.

Na avaliação da relatora, o legislador agiu dentro do seu espaço de discricionariedade ao determinar a assunção de apenas alguns débitos. "O Estado do Maranhão, a um só tempo, assume potenciais obrigações e precifica a venda de forma que entende atrativa, ou seja, sem o impacto dessas ações judiciais", observou.

Benefícios fiscais - Por fim, a relatora não verificou violação ao artigo 173, parágrafo 2º, da Constituição, que veda a concessão de privilégios fiscais a empresas públicas e sociedades de economia mista.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

Atvos Agroindustrial Participações S.A.

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 08.842.690/0001-38 - NIRE nº 35300344774
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2022

Data, Hora e Local: em 20/06/2022, às 8h, na sede social da Atvos Agroindustrial Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, localizada na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 1, Butantã, CEP 05501-050, São Paulo/SP ("Companhia"). **Presenças e convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; e Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a eleição de membro da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022; **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme faculta o Art. 130. § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(i)** Foi **aprovada** a eleição do Sr. **Luiz Augusto Artimonte Vaz**, brasileiro, nascido em 20/06/1968, casado sob o regime de separação de bens, Engenheiro Agrônomo, RG 17.117.539-6 SSP-SP, CPF/ME nº 181.069.838-38, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 1, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, conforme termo de posse anexo ("Anexo I"). Assim, a Diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: **(a) Gustavo Aurvalle Alvares**, brasileiro, nascido em 14/05/1975, solteiro, administrador de empresas, RG nº 2061181919, CPF/ME nº 785.832.410-15, *Diretor Presidente*; **(b) Dario Costa Gaeta**, brasileiro, nascido em 18/12/1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG 14339002 SSP--SP, CPF/ME nº 008.946.607-13, *Diretor*; **(c) Jose Carlos Teixeira Junior,** brasileiro, nascido em 02/10/1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Químico, RG 19.266.536-4 SSP-SP, CPF/MF nº 162.169.158-60, *Diretor e **(d)*** **Luiz Augusto Artimonte Vaz** cima qualificado *Diretor*, todos com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 1, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050. **Declaração de Desimpedimento:** O Diretor ora eleito declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. **Quórum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem reservas ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo ninguém feito uso da palavra, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*; **Acionista Presente: Atvos Bioenergia S.A.** A presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 20/06/2022. **Dario Costa Gaeta** - Presidente; **Fabiana Utrabo Rodrigues** - Secretária. JUCESP nº 419.375/22-3 em 17/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Usina Conquista do Pontal S.A.

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 07.298.800/0001-80 - NIRE nº 35300342593
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2022

Data, Hora e Local: em 20/06/2022, às 10h, na sede social da Usina Conquista do Pontal S.A. - Em Recuperação Judicial, localizada na Fazenda Conquista do Pontal, Rodovia SP 563, km 13, s/nº, Zona Rural, CEP 19260-000, Mirante do Paranapanema/SP ("Companhia"). **Presenças e convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; e Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a eleição de membro da Diretoria para mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022; **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme faculta o Art. 130. § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(i)** Foi **aprovada** a eleição do Sr. **Luiz Augusto Artimonte Vaz**, brasileiro, nascido em 20/06/1968, casado sob o regime de separação de bens, Engenheiro Agrônomo, RG 17.117.539-6 SSP-SP, CPF/ME nº 181.069.838-38, com endereço comercial na Fazenda Conquista do Pontal, Rodovia SP 563, km 13, s/nº, Zona Rural, CEP 19260-000, Mirante do Paranapanema - SP, para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, conforme termo de posse anexo ("Anexo I"). Assim, a Diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: **(a) Danilo Nalle Bertoli**, brasileiro, nascido em 21/05/1978, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, RG nº 29315479-X, inscrito no CPF/ME nº 275.361.028-28, *Diretor* **(b) Erico Pereira Baracho Filho**, brasileiro, nascido em 28/02/1970, casado sob o regime comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, RG nº 916.872-SSP/AL, CPF/ME 700.564.714-91, *Diretor*; **(c) Dario Costa Gaeta**, brasileiro, nascido em 18/12/1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG 14339002 SSP-SP, CPF/ME nº 008.946.607-13, *Diretor Presidente*; **(d) Jose Carlos Teixeira Junior**, brasileiro, nascido em 02/10/1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Químico, RG 19.266.536-4 SSP-SP, CPF/MF nº 162.169.158-60, *Diretor; e* **(e) Luiz Augusto Artimonte Vaz,** acima qualificado, *Diretor*, todos com endereço comercial na Fazenda Conquista do Pontal, Rodovia SP 563, km 13, s/nº, Zona Rural, CEP 19260-000, Mirante do Paranapanema - SP. **Declaração de Desimpedimento:** O Diretor ora eleito declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. **Quórum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem reservas ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, conferida, aprovada e por todos assinada. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*; e **Acionista Presente: Atvos Agroindustrial Participações S.A. - Em Recuperação Judicial**. A presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 20/06/2022. **Dario Costa Gaeta** - Presidente; **Fabiana Utrabo Rodrigues** - Secretária. JUCESP nº 383.782/22-3 em 29/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 08.070.566/0001-00 - NIRE nº 35300329112
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2022

Data, Hora e Local: em 20/06/2022, às 9h, na sede social da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 5, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050. ("Companhia"). **Presenças e convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a eleição de um membro da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022; **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura desta em forma de sumário, conforme faculta o Art. 130. § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(i)** Foi **aprovada** a eleição do Sr. **Luiz Augusto Artimonte Vaz**, brasileiro, nascido em 20/06/1968, casado sob o regime de separação de bens, Engenheiro Agrônomo, RG 17.117.539-6 SSP-SP, CPF/ME nº 181.069.838-38, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 5, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, conforme termo de posse anexo ("Anexo I"). Assim, a Diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: **(a) Dario Costa Gaeta,** brasileiro, nascido em 18/12/1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG 14339002 SSP-SP, CPF/ME nº 008.946.607-13, *Diretor Presidente*; **(b) Marcelo Caldato Fiomari**, brasileiro, nascido em 25/02/1980, casado com regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, RG nº29.412.504 SSP/SP, CPF/ME nº 297.385.138-63, *Diretor*; **(c) Luiz Antonio Bianchi**, brasileiro, nascido em 07/01/1962, casado em regime de comunhão total de bens, engenheiro agrônomo, RG nº 10235152-SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 038.827.078-01, *Diretor;* **(d) Chafick Fair Luedy**, brasileiro, nascido em 14/06/1982, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG 1007483849 SSP-BA, CPF/ME nº 004.416.265-05, *Diretor*; **(e) Leonardo Santos Fadigas de Souza,** brasileiro, nascido 21/11/1978, casado em regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG 08.041.613-64 SSP-BA, CPF/ME nº 788.650.775-49, *Diretor*, **(f) Jose Carlos Teixeira Junior,** brasileiro, nascido em 02/10/1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Químico, RG 19.266.536-4 SSP-SP, CPF/MF nº 162.169.158-60, *Diretor* , e **(g) Luiz Augusto Artimonte Vaz,** *Diretor*, acima qualificado, todos com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 19º andar, Parte 5, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050. **Declaração de Desimpedimento:** O Diretor ora eleito declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. **Quórum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem reservas ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo ninguém feito uso da palavra, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*; **Acionista Presente: Atvos Agroindustrial Participações S.A - Em Recuperação Judicial.** A presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 20/06/2022. **Dario Costa Gaeta** - Presidente; **Fabiana Utrabo Rodrigues** - Secretária. JUCESP nº 379.818/22-0 em 26/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PRAVALER S/A

CNPJ/ME nº 04.531.065/0001-14 - NIRE 35.300.320.344
Edital de Convocação

Ficam os Srs. Acionistas, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 13 de setembro de 2022, na sede da Companhia e de modo digital, às 16 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a recompra, pela Companhia, de determinadas ações preferenciais classe B de emissão da Companhia; (ii) a re-ratificação do aumento do capital social da Companhia, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2022 e ratificação do aumento do capital social da Companhia, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022; (iii) a alteração dos artigos 6º, 11 e 14, alínea "g", do Estatuto Social da Companhia; (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores, praticar todos os atos necessários à efetivação e consecução das matérias da ordem do dia. São Paulo, 3 de setembro de 2022. **Ricardo Oliver Mizne - Presidente do Conselho de Administração.**

Agin Vergueiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 07.653.775/0001-05 - NIRE nº 35.220.127.211
Ata da Reunião dos Sócios Realizada em 29/08/2022

Data: 29/08/2022. **Local:** São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos sócios quotistas. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovada a redução do capital social da Sociedade em R$ 2.566.103,00, passando **de** R$ 4.348.485,00 **para** R$ 1.782.382,00, mediante o cancelamento 2.566.103 quotas, as quais foram subscritas na sua totalidade pelas sócias, mediante compensação de créditos existentes nesta data da Companhia contra as acionistas. Na presente data os sócios quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor e composição do capital social. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelos sócios quotistas presentes, a qual será publicada na forma do § 1º do art. 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais. São Paulo, 29/08/2022. **Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda.** - Roberto Giarelli **Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.** - Roberto Giarelll.

Destilaria Alcídia S.A.

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 46.448.270/0001-60 - NIRE nº 35300038568
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2022

Data, Hora e Local: em 20/06/2022, às 11h, na sede social da Destilaria Alcídia S.A. - Em Recuperação Judicial, localizada na Fazenda Alcídia, s/nº, Zona Rural, CEP 19280-000, Município de Teodoro Sampaio/SP ("Companhia"). **Presenças e convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; e Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a eleição de membro da Diretoria para mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022; **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme faculta o Art. 130. § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(i)** Foi **aprovada** a eleição do Sr. **Luiz Augusto Artimonte Vaz**, brasileiro, nascido em 20/06/1968, casado sob o regime de separação de bens, Engenheiro Agrônomo, RG 17.117.539-6 SSP-SP, CPF/ME nº 181.069.838-38, com endereço comercial na Fazenda Alcídia, s/nº, Zona Rural, CEP 19280-000, Município de Teodoro Sampaio/SP, para o cargo de Diretor da Companhia para um mandato com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, conforme termo de posse anexo ("Anexo I"). Assim, a Diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: **(a) Danilo Nalle Bertoli**, brasileiro, nascido em 21/05/1978, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, RG nº 29315479-X, inscrito no CPF/ME nº 275.361.028-28, *Diretor;* **(b) Erico Pereira Baracho Filho**, brasileiro, nascido em 28/02/1970, casado sob o regime comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador de cédula de identidade RG nº 916.872-SSP/AL, CPF: 700.564.714-91, *Diretor*; **(c) Dario Costa Gaeta**, brasileiro, nascido em 18/12/1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, RG 14339002 SSP-SP, CPF/ME nº 008.946.607-13, *Diretor Presidente*; **(d) Jose Carlos Teixeira Junior**, brasileiro, nascido em 02/10/1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Químico, RG 19.266.536-4 SSP-SP, CPF/ME nº 162.169.158-60, e **(e) Luiz Augusto Artimonte Vaz,** acima qualificado, *Diretor*, todos com endereço comercial na Fazenda Alcídia, s/nº, Zona Rural, CEP 19280-000, Município de Teodoro Sampaio/SP. **Declaração de Desimpedimento:** O Diretor ora eleito declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. **Quórum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sem reservas ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, conferida, aprovada e por todos assinada. **Mesa:** Dario Costa Gaeta, *Presidente*; Fabiana Utrabo Rodrigues, *Secretária;* e **Acionista Presente: Atvos Agroindustrial Participações S.A. - Em Recuperação Judicial.** A presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 20/06/2022. **Dario Costa Gaeta** - Presidente; **Fabiana Utrabo Rodrigues** - Secretária. JUCESP nº 402.041/22-7 em 05/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

KSC 2 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 08.804.631/0001-75 - NIRE nº 35.221.402.623
Ata da Reunião dos Sócios Realizada em 29/08/2022

Data: 29/08/2022. **Local:** São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos sócios quotistas. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovada a redução do capital social da Sociedade em R$ 3.049.100,00, passando **de** R$ 3.050.100,00 **para** R$ 1.000,00, mediante o cancelamento 3.049.100 quotas, as quais foram subscritas na sua totalidade pelas sócias, mediante compensação de créditos existentes nesta data da Companhia contra as acionistas. Na presente data os sócios quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor e composição do capital social. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelos sócios quotistas presentes, a qual será publicada na forma do § 1º do art. 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais. São Paulo, 29/08/2022. **Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda.** - Roberto Giarelli. **Agre KS Empreendimentos Imobiliários S.A**. - Roberto Giarelll.

Parisiense Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 11.425.905/0001-20 - NIRE nº 35.228.560.658
Ata da Reunião dos Sócios Realizada em 29/08/2022

Data: 29/08/2022. **Local:** São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos sócios quotistas. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovada a redução do capital social da Sociedade em R$ 1.214.417,00, passando **de** R$ 7.002.762,00 **para** R$ 5.788.345,00, mediante o cancelamento 1.214.417 quotas, as quais foram subscritas na sua totalidade pelas sócias, mediante compensação de créditos existentes nesta data da Companhia contra as acionistas. Na presente data os sócios quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor e composição do capital social. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada e assinada pelos sócios quotistas presentes, a qual será publicada na forma do § 1º do art. 1.084 do Código Civil, para que se produzam os devidos efeitos legais. São Paulo, 29/08/2022. **PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações** - Augusto Alves Dos Reis Neto Roberto Giarelli. **Agra Empreendimentos Imobiliários S.A**. - Roberto Giarelll.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Prefeito Municipal, o Senhor DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2022 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2022
PROCESSO Nº 1.721/2022

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MARMITEX E REFEIÇÃO POR KG.
Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até as 09h00min do dia 22 de setembro de 2022, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.
Caso o(s) item(s) referentes à "COTA RESERVADA", tornem-se FRACASSADO(s) ou DESERTO(s), será adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal conforme artigo 8º, § 2º do Decreto Federal n.º 8.538 de 06/10/2015.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 05 de setembro de 2022.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS N.º 009/2022 - PROCESSO N.º 1.184/2022
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que a licitação supra, de MENOR PREÇO GLOBAL, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS AVENIDAS DOIS DE DEZEMBRO E JUSCELINO KUBITSCHEK", foi homologada e adjudicada pelo Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, o objeto à empresa:
- C & F EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS TELEFÔNICOS E SERVIÇOS LTDA, no valor de: R$ 523.000,42 (quinhentos e vinte e três mil e quarenta e dois centavos).
GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 05 de setembro de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2022 - PROCESSO N.º 1.678/2022
COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a RETIFICAÇÃO do EDITAL e NOVA DATA de sessão de processamento do Pregão Presencial supra que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA POSSIBILITAR A ADEQUADA SEGURANÇA E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE ATIVOS DE REDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA/SP".
Na oportunidade comunicamos que a sessão de entrega e abertura dos envelopes dar-se-á às 14h30min do dia 20 de setembro de 2022, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.
O Edital e seus anexos retificados encontram-se à disposição no site www.aracatuba.sp.gov.br.
Araçatuba, 05 de setembro de 2022.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL 152/2022 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUTUROS E EVENTUAIS DE TORNO, SOLDAS, FRESAS PARA MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 21/09/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 06/09/2022. Orlândia, SP, 05 de Setembro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL 139/2022 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (AÇÚCAR E CHÁ MATE) PARA SER UTILIZADO POR DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:00 h do dia 21/09/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 06/09/2022. Orlândia, SP, 05 de Setembro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL 145/2022 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:00 h do dia 23/09/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 06/09/2022. Orlândia, SP, 05 de Setembro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 201/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 35.911/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAPACETE PARA MOTOCICLISTA, PARA ATENDIMENTO AOS AGENTES DE TRÂNSITO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 22/09/2022 às 09:30 horas
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 202/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 31.093/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DO TELHADO E ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA UNIDADE ESCOLAR CEIEF PROF. DEOVALDO TEIXEIRA DE CARVALHO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 26/09/2022 às 09:30 horas
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.
Limeira, 05 de setembro de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

TOMADA DE PREÇOS 014/2022 (PMP 10606/2022)
Para "contratação de empresa especializada para execução de reforma da piscina pública do bairro Cidade Nova, com fornecimento de material e mão de obra", com recebimento dos envelopes até dia 29/09/2022 às 08h30 e início da sessão às 09h.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 171/2022 (PMP 10459/2022)
Para "aquisição de materiais de copa e cozinha, cadeados e pilhas, a fim de atender a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 21/09/2022 às 14h e início dos lances às 14h30.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 173/2022 (PMP 10644/2022)
Para "aquisição de materiais de escritório, a fim de atender a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 23/09/2022 às 08h e início dos lances às 08h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://bnc.org.br/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

RESUMO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9682/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2022
PREGÃO, na forma ELETRÔNICA Nº 023/2022
RESUMO DE EDITAL

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às 08h59min do dia **20 de setembro de 2022**, o Pregão Eletrônico nº 023/2022, do tipo menor preço global, que tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para a prestação de serviços com locação de estrutura de **decoração natalina**, compreendendo a instalação, manutenção e retirada, conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência. Maiores informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569- pelos e-mails: bruna.neris@pereirabarreto.sp.gov.br e/ou licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br, ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br.
Pereira Barreto - SP, 5 de setembro de 2022.
João de Altayr Domingues
Prefeito

Sistema de transporte registra caos na saída do Rock in Rio

Principal meio de deslocamento para a Cidade do Rock, o sistema de ônibus articulado batizado de Rock Express funcionou bem na ida, mas foi caótico ao final do segundo dia de Rock in Rio, no sábado, 3. Uma multidão se aglomerou e ficou debaixo de chuva em uma espera que superou duas horas para o embarque. O trajeto a pé entre a entrada do Parque Olímpico e a plataforma de embarque do serviço de ônibus costuma ser feito em cerca de 15 minutos, mas por volta de 1h30 da manhã deste domingo (4) o percurso ultrapassou uma hora, tamanha a quantidade de gente. Naquele momento, chovia e ventava na zona oeste do Rio, e a quantidade de ônibus era muito inferior à demanda.

Quando finalmente o público conseguia chegar à plataforma de embarque, a espera para entrar nos ônibus invariavelmente ultrapassava uma hora. Uma multidão tomou o espaço, e os orientadores contratados para indicar os locais de embarque pareciam não saber o que fazer.

Além disso, a saída e a chegada dos articulados não acontecia na mesma velocidade registrada na ida. Em alguns momentos, simplesmente não havia ônibus partindo. Alguns estavam estacionados, mas fora de operação. O Rock Express utiliza o sistema de BRT do Rio, um serviço de ônibus articulados que transitam em corredores exclusivos por bairros da zona oeste da cidade. O modal começou a operar há dez anos e passou boa parte do tempo sob concessão, mas foi assumido provisoriamente pela Prefeitura no ano passado após sucessivas falhas no serviço, o que incluía falta de ônibus.

Na terça-feira passada, em coletiva de imprensa realizada na Cidade do Rock, o prefeito Eduardo Paes (PSD) ressaltou a importância do sistema para o público chegar ao Rock in Rio, mas alertou para o risco de falta de ônibus.

"Nós vivemos um problema no transporte da cidade. O sistema que sempre foi utilizado para acessar o Rock in Rio (BRT) passa por uma crise; nós estamos comprando mais ônibus, mas ônibus não têm em prateleira, demora a chegar", comentou. Ele lembrou ainda que o Rock Express é uma iniciativa do próprio Rock in Rio, que contratou o serviço junto à Prefeitura. Para o evento, a modalidade custa R$ 22 ida e volta, enquanto que o BRT tradicional custa R$ 4,05 por passagem.

Juiz tranca investigação com base em denúncia anônima que ligava Haddad a coação

O juiz Antônio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, reconheceu a "inexistência de crimes a apurar" e determinou o trancamento de inquérito que atingia o ex-prefeito da capital Fernando Haddad, candidato do PT ao governo do Estado.

A decisão seguiu parecer do Ministério Público Eleitoral, que apontou que "não há nos autos qualquer elemento" que indique o envolvimento de Haddad nos fatos sob suspeita. "Estampado no parecer ministerial a ausência de qualquer elemento de prova que vinculasse a conduta do investigado Fernando Haddad a qualquer outra conduta desviada de quem quer que seja. Não seria outra, portanto, senão a decisão de arquivamento pleno ofertado pelo Ministério Público Eleitoral", registrou o despacho assinado na sexta-feira, dia 2.

A investigação em questão foi aberta com base em denúncia anônima, inicialmente para apurar suposta compra de votos. A investigação se debruçou sobre "condutas dos investigados, com exceção de Fernando Haddad, que acenariam para suposta coação para que funcionários comissionados da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) "participassem de atos e encontros favoráveis ao PT e doassem dinheiro para a legenda".

O Ministério Público Eleitoral pedia o reconhecimento de prescrição no caso, mas Zorz foi além e apontou "ausência plena de justa causa na presente investigação". A avaliação do juiz eleitoral foi a de que, "existindo ou não coação, situação que permaneceu duvidosa na investigação (parte das testemunhas mencionou e outra não mencionou), claro está que a conduta não se amolda ao tipo penal descrito no artigo 300 do Código Eleitoral", de coação eleitoral.

Assim, o juiz concedeu habeas corpus no sentido de trancar a investigação contra os principais alvos da apuração, estendendo a decisão para Haddad.

Alckmin chama Bolsonaro de 'Bozo' e diz que política não se faz com 'motociata'

Em encontro com trabalhadoras domésticas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, na Grande SP, ao lado do candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o candidato a vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) se referiu ao presidente Jair Bolsonaro (PL) como "Bozo" e disse que política se faz com diálogo, e não com "motociata" e nem jet-ski" "Eleição é comparação. Nós tivemos cinco ministros da Educação nesse período aí do Bozo. Andou para trás a educação", disse à plateia majoritariamente feminina. "Um bom governo começa pela campanha. E programa de governo se faz assim, ouvindo, dialogando, conversando, participando. Não é fazendo motociata e nem jet-ski", afirmou o ex-governador de São Paulo. Alckmin criticou a atuação do atual governo no combate à pandemia da covid-19 e a política armamentista de Bolsonaro. Disse ainda que a inflação não é apenas de 9%. "A inflação de alimento é mais de 30%. A inflação do café da manhã e do almoço é mais de 30%. A economia, se Deus quiser, com a experiência de Lula de oito anos, vai crescer muito", afirmou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Atos antibolsonaro tomarão as ruas dia 10 sábado

Movimentos antibolsonaristas não sairão às ruas no dia 7 de Setembro. Uma mobilização em resposta a atos de espírito golpista está sendo agendada para o dia 10 deste mês, para não haver confronto de grupos na rua. "A manifestação do 7 de Setembro do ano passado foi construída de forma muito violenta pelo bolsonarismo. De fato, neste ano, nosso objetivo não é estimular a violência política no País. Sabemos que eles vêm com discurso golpista e também postura muito violenta e nossa ideia não é essa", afirma Josué Rocha, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Os atos de rua do próximo dia 10 não contam com nenhum envolvimento dos organizadores do movimento pela democracia do mês passado. A mobilização em diferentes cidades do País é feita por movimentos sociais. "Queremos fazer no dia 10 uma grande manifestação em defesa da democracia, com a demonstração de que o Brasil é maior do que o bolsonarismo", diz Rocha.

De cunho partidário, os atos de rua também serão de apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A própria campanha do petista desaconselhou que movimentos sociais fossem às ruas se opor ao bolsonarismo no dia 7 de setembro. Aliados do candidato se preocupam com o risco de violência política.

Representantes de enfermeiros falam em greve após suspensão de piso salarial

Em um vídeo divulgado no Instagram, domingo, 4, a coordenadora do Fórum Nacional da Enfermagem, Líbia Bellusci, falou sobre a possibilidade de paralisação e greve da categoria após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso suspender o piso salarial nacional da categoria. "Se for necessária paralisação, terá. Se for necessário greve, terá", afirmou. "Não será o STF que vai desqualificar e desconhecer a necessidade de um piso salarial digno". Bellusci disse que as entidades que compõem o fórum e representam a categoria iriam se reunir neste domingo para debater o assunto. Destacou também que já existem conversas junto a parlamentares para pressionar o STF a mudar de posição. Barroso já solicitou ao presidente da Corte, Luiz Fux, a inclusão do tema na pauta do plenário para análise de todos os ministros. A expectativa até o momento é que o assunto seja julgado no plenário virtual.

A lei estabeleceu R$ 4.750 como o piso salarial para enfermeiros, 70% disso para técnicos de enfermagem e 50%, para auxiliares de enfermagem e parteiras. Não há uma previsão clara sobre qual seria o impacto orçamentário para a implementação da medida, mas um estudo feito durante a tramitação na Câmara dos Deputados chegou a estimar em R$ 16 bilhões seus efeitos.

Bolsonaro veta saque do vale-alimentação após 2 meses sem uso do crédito

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou lei que altera as regras do vale-alimentação, com veto à possibilidade de saque do benefício pelo trabalhador após 60 dias sem uso dos créditos. Porém, uma das mudanças mais criticadas pelo setor, a permissão para portabilidade gratuita do serviço, foi mantida na nova lei. Com isso, o trabalhador tem a opção de escolher por qual operadora receberá o benefício, podendo trocar a bandeira da prestadora quando quiser.

A nova lei é resultado da aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória 1.108/2022 e está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 5. A norma estabelece que o auxílio-alimentação deverá ser utilizado para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais; e proíbe as empresas empregadoras de receber descontos no âmbito de contratos firmados com as emissoras de cartões de auxílio-alimentação.

Ao vetar o saque do vale-alimentação, o governo alegou que a proposta conflita com normas anteriores que permitem o gasto dos valores do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) em gêneros alimentícios, vedam expressamente o saque dos valores depositados na conta específica do trabalhador no âmbito do PAT e proíbem a conversão do auxílio-alimentação em "pecúnia".

Brasil é o 6º país com o maior número de vazamentos de dados

Entre os meses de janeiro e novembro de 2021, 24,2 milhões de brasileiros tiveram suas informações expostas no ambiente on-line. Com isso, o Brasil chegou à 6ª posição na lista de países com mais vazamentos de dados por conta de ataques de cibercriminosos ou falhas em sistemas, segundo indicativos da Surfshark, empresa de privacidade e segurança virtual.

De acordo com o levantamento, o número de casos de golpes contra pessoas jurídicas também aumentou no país. A análise chama a atenção para o vazamento de dados na PF (Polícia Federal) e para a investida sofrida pelo aplicativo ConecteSUS, que ficou dez dias fora do ar. A nível mundial, o número de vazamentos expandiu 3,4%. Os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar, com 212,4 milhões de contas atingidas, seguido pelo Irã, com 156 milhões de vazamentos, e pela Índia, com 86,6 milhões. Paralelamente, uma pesquisa da empresa de segurança Tenable indica que mais de 40,4 bilhões vazamentos de dados ocorreram no mundo em 2021, sendo 815 milhões apenas no Brasil - um aumento de 78% no total de registros expostos no período.

No total global, as maiores vítimas dos criminosos foram as empresas e instituições dos setores de saúde (24,7%), educação (12,9%) e governo (10,8%). No Brasil, a administração pública foi a que teve o maior número de casos, com 29,8%. Em segundo lugar, vem o setor financeiro, com 27%, conforme publicado pelo Canaltech.

A respeito da pesquisa que coloca o Brasil como um dos países em que mais ocorre o vazamento de dados, Josué Adil, diretor-executivo da Acadi-TI - empresa de educação que atua com capacitação e pós-grad uação de profissionais em cibersegurança, treinamentos e certificações internacionais -, afirma que, com base no estudo do comportamento do mercado brasileiro de cibersegurança nos últimos dez anos, o fenômeno já era previsível e se agravou durante a pandemia de Covid-19.

"O pouco investimento das empresas brasileiras em capacitação de seus profissionais internos sempre foi um ponto de alerta. Todos os funcionários podem ser vítimas de um ataque e ser a porta de entrada para um vazamento. Por isso, carregamos a bandeira de que a capacitação profissional é o melhor caminho para a diminuição dos vazamentos', explica. Na análise de Adil, o alto índice de vazamento de dados destaca a importância do investimento em TI, tanto na estruturação de equipamentos, com inovação tecnológica, como no que tange à capacitação de profissionais.

Supremo nega 60 dias de férias para advogados da União

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram garantir férias de 60 dias a advogados da União, com o pagamento do respectivo adicional de um terço da remuneração e valores correspondentes aos períodos não gozados. O colegiado lembrou que já havia estabelecido que procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional têm direito a 30 dias de férias e assim "não haveria fundamento lógico e jurídico para concluir de forma diversa" em relação aos advogados da União, vez que todos integram as carreiras da AGU. O julgamento tem repercussão geral, ou seja, a decisão vai valer como orientação para todos os tribunais do País. O Supremo fixou a seguinte tese: "Os Advogados da União não possuem direito a férias de 60 dias, nos termos da legislação constitucional e infraconstitucional vigentes".

(Foto: EBC)

Toffoli destacou que corte negou dois.

O entendimento foi fixado após análise de um recurso impetrado pela Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni). A entidade questionava a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que validou lei editada em 1997, delimitando os 30 dias de férias dos advogados da União. A associação argumentava que uma lei editada antes, em 1953, equiparou os procuradores das autarquias federais aos membros do Ministério Público, sendo que essa norma teria sido recepcionada pela Constituição Federal e garantiria aos AGUs o direito a férias anuais de 60 dias. Segundo a Anauni, a lei editada em 1997 é ordinária e assim não poderia ter revogado a norma anterior. O julgamento do caso se deu no Plenário virtual do STF. Todos os ministros da Corte acompanharam o relator Dias Toffoli, que resgatou, por exemplo, a tese fixada pelo Supremo no sentido de que os "procuradores da Fazenda Nacional não possuem direito a férias de 60 dias, nos termos da legislação constitucional e infraconstitucional vigente". "Como é possível observar, essa mesma compreensão se aplica, na íntegra, ao presente caso. Não sendo o direito a férias, matéria submetida à reserva de lei complementar, por não versar sobre organização e funcionamento da Advocacia-Geral da União, é válida a revogação imposta pela Lei n° 9.527/1997, de dispositivos das Leis n°s 2.123/53 e 4.069/62 e do Decreto-Lei n° 147/1967, que os equiparavam aos membros do Ministério Público da União, e, assim, garantiam o direito a férias de 60 (sessenta) dias", registrou em seu voto.

Mentores de ato pró-democracia abrem diálogo com militares

Integrantes da sociedade civil e setores empresariais ligados à articulação do movimento em defesa da democracia e do sistema eleitoral no último 11 de agosto esperam que a iniciativa do mês passado contenha arroubos autoritários neste 7 de setembro. A preparação para a data é acompanhada nos bastidores, em interlocução com representantes dos militares, policias e diplomatas.

"Estamos em vigília. Mas não se trata de uma vigília passiva. Neste momento, temos mantido diálogo com os diversos setores do Estado brasileiro, inclusive segurança e Forças Armadas", afirma o professor de Direito da Fundação Getulio Vargas Oscar Vilhena. Ele foi um dos articuladores do manifesto que reuniu entidades empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e outros movimentos em torno da defesa do processo eleitoral.

Não há, no entanto, um plano de reação previamente traçado para caso o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, ou integrantes do Estado, como policiais ou militares, ultrapassem linhas democráticas no feriado desta semana. "Acredito que neste ano vamos ter um movimento de rua muito estridente, mas não acredito em risco de uma ação desestabilizadora por parte das Forças Armadas. Sob esse ponto de vista, estou mais otimista agora do que estava no 7 de setembro do ano passado", afirma Vilhena.

A avaliação do professor, compartilhada por outros articuladores do ato de 11 de agosto, é que três movimentos, em sequência, fizeram a tensão arrefecer. São eles: a nota por meio da qual o governo dos Estados Unidos defendeu o modelo de eleições no Brasil; a dimensão do evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que teve apoio de empresários, juristas e intelectuais; e a posse de Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com uma demonstração ampla de respaldo da classe jurídica e política ao ministro.

Menções a presidenciáveis disparam nas redes sociais com campanha e TV

Não exagera quem questiona hoje se política é o único assunto nas redes sociais. Em agosto, o número de menções aos candidatos à Presidência aumentou mais de sete vezes. Com isso, passou de 2,9 milhões, de julho, para 20,9 milhões de postagens, no mês passado. Os dados constam de relatório da Torabit, empresa parceira do Estadão no Monitor de Redes Sociais.

O crescimento na popularidade dos candidatos, de 620%, está relacionado ao início da campanha, no dia 16, e a eventos que atraíram o interesse dos eleitores. Os destaques são as sabatinas do Jornal Nacional, da TV Globo, e o debate organizado por Band, Cultura, UOL e Folha de S.Paulo.

O nome mais citado entre os concorrentes ao Palácio do Planalto é o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 44,4% dos posts monitorados no Twitter, Instagram, Facebook e YouTube. A métrica engloba tanto menções positivas quanto negativas. Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o segundo, com 40,5%, e reduziu a distância em comparação com julho. Os demais candidatos são bem menos comentados, mas cresceram com aparições na mídia tradicional.

"O que se passa na TV e no rádio interfere nas redes sociais", diz Maria Paula Almada, pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). "O material de debates, horário eleitoral e entrevistas ao Jornal Nacional reverbera tanto entre apoiadores quanto adversários, que vão tirar o que houve de negativo para circular nas redes."

'TCHUTCHUCA'. Bolsonaro protagonizou um episódio de engajamento na internet ao se envolver em confusão com o youtuber Wilker Leão, no Palácio da Alvorada. O youtuber gritou ofensas contra o presidente e o chamou de "tchutchuca do Centrão" enquanto filmava a cena, até que Bolsonaro parte em sua direção, puxa-o pelo braço e tenta tomar o celular.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676